



Anais da Assembléia

Nº 171

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 1979

ANO V

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA
ATA DA 163.^a SESSÃO ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1.979
(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Lázaro Dumont.

Às 10:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fideicino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é observada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Do Senhor Athayde Rodrigues, encaminhando cópia da proposição de autoria do Vereador Antônio Sustenes Peres de Barros, nos seguintes termos: seja formulada indicação a todas as Câmaras Municipais do Estado e Assembléias Legislativas do País, no sentido de que estabeleçam uma ação de âmbito nacional que desestimele mais esse retrocesso social agora pretendido pelo Ministro Jair Soares cancelando a justa e merecida aposentadoria por tempo de serviço, através de anteprojeto de lei que Vossa Excelência pretende enviar ao Congresso Nacional, conforme foi amplamente divulgado pela Imprensa, Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande do Sul. - **Ciente. Arquite-se.**

Do Sr. Jair Sanches, Presidente da Câmara Municipal de Osasco, Estado de São Paulo, encaminhando cópia do requerimento número 936/79, de autoria do nobre Edil Armando Maioli e outros, nos seguintes termos: Considerando que a imprensa de todo o País publicou manifestação do Ministro da Previdência Social, Senhor Jair Soares, afirmando que iria enviar ao Congresso o projeto de lei propondo cancelamento no sistema de aposentadoria por tempo de serviço aos trinta e cinco anos aos homens e trinta às mulheres passando a vigorar exclusivamente a aposentadoria compulsória, cujo limite de idade deverá ser reduzido de 70 para 65 anos. - **Ciente. Arquite-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, dispensa de publicação da redação final para os Projetos de Lei n.º 192/79 (Mens. Govern. n.º 152/79), que cria 13 cargos de Procurador da Justiça; 206/79, (Mens. Govern. n.º 182/79), que trata da gratificação aos funcionários da Secretaria da Justiça; 208/79, (Mens. Govern. n.º 183/79), que trata da Reestruturação do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Resolução n.º 177/79, Ação Penal n.º 2/76, de Curitiba, 3a. Vara, autora de Justiça Pública e réus Trajano Bastos de Oliveira e outros.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1.979.

(a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Jair Soares, DD. Ministro da Previdência Social, para instalação de um Posto do INAMPS na Cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, que com muita justiça vem sendo reclamado pela população daquele próspero município.

O presente se justifica plenamente, por entre outras razões, de que o posto mais próximo é o de Guarapuava, distante mais de cem (11) km da sede do Município de Laranjeiras do Sul.

Para que se possa ter uma idéia global do que representa o Município de Laranjeiras do Sul, no contexto econômico do Paraná, são anexados ao presente, documentos fornecidos por entidades ali sediadas.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1.979.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER o envio de ofício ao Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter e ao Presidente do Banco Central, Ernane Galveas, solicitando maior dotação de recursos destinados a Crédito Rural ao Banco do Estado do Paraná, de acordo com a justificativa anexa.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1.979.

(a) PAULO CAMARGO.

JUSTIFICATIVA:

Apesar das reiteradas notícias de liberação de novos recursos para operações de crédito rural, tem-se observado uma tendência de forte concentração desses meios nos bancos federais, para os quais têm sido retidos mais de oitenta por cento dos recursos adicionais.

Os bancos oficiais estaduais - como o Banco do Estado do Paraná - possuem uma tradição de operação em crédito rural, devendo ser supridos com mais repasses da área central. O Banco do Estado do Paraná, por sua vez, vem perdendo posição em relação à sua participação no financiamento agrícola, por escassez de transferências federais, conforme o quadro:

Ano	Participação %
1969	8,0
1979	5,9

Não obstante, o Banco possui responsabilidades de agente oficial do Tesouro do Estado e tem procurado ampliar as aplicações de recursos próprios na Carteira de Crédito Rural, apesar

das notórias dificuldades por que passam todos os Estados brasileiros.

Se não bastassem tais argumentos, vale registrar que a quadra de consolidação político-administrativa que o Brasil vai atravessando, indica a conveniência de descentralizar a execução das medidas de política econômica - é mais produtivo aplicar os recursos de crédito rural pelos bancos estaduais, porque estes possuem por sua própria natureza, uma rede de agências interiorizada, apta a atender os reclamos dos pequenos produtores rurais.

Finalmente, uma forte injeção de recursos do crédito rural nos bancos oficiais estaduais favorecerá a política de amparo à agricultura, que se tem mostrado prioridade do Governo Figueiredo com o apoio de toda a opinião pública.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 210/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública, o Centro Espírita "ALLAN KARDEC," com sede e foro na Cidade de Umuarama.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979.

(a) JOÃO ELÍSIO.

JUSTIFICATIVA:

O Centro Espírita ALLAN KARDEC, que se pretende tornar de utilidade pública, vem prestando relevantes benefícios em favor de inúmeras crianças, filhas de pais desprovidos de recursos, servindo mais de trezentas refeições diárias a essas crianças carentes de uma melhor alimentação.

Para uma melhor acertiva, junta-se à presente, a documentação necessária:

- a) Atestado de pleno funcionamento;
- b) Lei que a declara de utilidade pública Municipal;
- c) Estatuto funcional;
- d) Ata da eleição de sua Diretoria;
- e) Relatório das atividades; e,
- f) A não remuneração de sua Diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Braga Côrtes) - Está finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados. No último dia 12 do corrente mês, por indicação da liderança da bancada do ex-MDB, estivemos participando numa Assembléia de Agricultores, em Missal, no Município de Medianeira.

Inclusive, também dia 4 de novembro, uma Assembléia no mesmo teor foi realizada em Chopinzinho, pela Comissão Pastoral da Terra, pelas lideranças sindicais, e nessas duas Assembléias, que reuniram em média de 2 a 3.000 pessoas cada uma delas, os agricultores vêm protestando e reivindicando maior justiça no que diz respeito à regularização das posses e das áreas de terras.

Constatou-se e constata-se em toda a região do Oeste do Paraná uma injustiça que vem sendo praticada por um órgão que deveria se caracterizar pela justiça na regularização fundiária do nosso Estado.

E dizem os agricultores em seu depoimento, em seu

documento, que alguns que já compraram a terra, a sua propriedade, por duas vezes, inclusive sob orientação do INCRA, para manter o domínio sobre sua propriedade, estão agora sendo cobrados, mais uma vez, desta vez pelo INCRA para a entrega dos títulos.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO ELEITA PELA ASSEMBLÉIA DE AGRICULTORES ATINGIDOS PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO INCRA NO OESTE DO PARANÁ, NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 1.979 EM MISSAL

Município de Medianeira - PR.

Caixa Postal 1455 - 85.860 - Santa Helena - Pr (Comissão Pastoral da Terra).

DOCUMENTO: aprovado pela Assembléia de Missal com a presença de 724 pessoas representando 50 comunidades dos Municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Medianeira, Matelândia e Céu Azul, situados na faixa de fronteira do Paraná, e nos quais o INCRA está atuando para fins de retitulação ou regularização fundiária.

I- PROBLEMAS:

1) Juntamente com a titulação de áreas de posse, estão sendo retituladas áreas que já tinham escritura e registro legal. Por que esses registros foram anulados? Alguns compraram a terra duas vezes, sob orientação do INCRA, e agora a escritura não vale mais. Por que a área não foi regularizada antes de ser colonizada? E por que algumas áreas (empresas rurais) ficam fora da retitulação?

2) As áreas que já requereram o título estão esperando pelo menos mais de 1 ano, até um ano e meio. Por que essa demora? Por que o INCRA não cumpre os prazos de entrega que ele mesmo colocou? Por causa desse problema, qualquer financiamento bancário precisa de carta de anuência do INCRA.

3) Por causa dessa demora, vivem na incerteza os moradores de área atingidas pela Itaipu Binacional, pois, sem o título não podem ser indenizados. O INCRA está utilizando a medição efetuada pela Itaipu, mas mesmo assim a emissão do título está demorando.

4) Pelo novo título, o proprietário é obrigado a pagar somas muito elevadas. Há 3 anos o INCRA já cobrava 2.300 por alqueire, e hoje o preço já passa dos 6.000,000 cruzeiros. Isso não representa o custo real da medição, a qual foi efetuada em grande parte com a colaboração braçal dos agricultores. Esse pagamento é injusto, pois os documentos anteriores já foram pagos, e para muitos pequenos proprietários esse preço elevado é inalcançável. Será que não pagamos impostos para que o INCRA tenha os recursos necessários?

5) Existem muitas diferenças na medição em relação à área que constava nas escrituras; nem se sabem ao certo os limites do reservatório da Itaipu. No caso da Itaipu, são descontados 25 de largura nas estradas vicinais, os quais nos pertenciam, pelos quais sempre pagamos impostos e pelos quais não fomos devidamente indenizados!

II- REIVINDICAÇÕES

1) Que os posseiros paguem somente os custos reais da medição, que não devem passar de CR\$1.000,00 por alqueire.

2) Que os proprietários de áreas que já possuíam escri-

tura registrada não paguem nada pelo título, ou seja, nem o valor da terra nua, nem a medição, nem a demarcação, nem os marcos, nem o novo registro.

3) Que se devolva o dinheiro aos que já receberam o título e pagaram o mesmo parcial ou integralmente.

4) Que se emitam os títulos com mais rapidez, a saber, até fevereiro de 1980 os que já foram requeridos, e os demais num prazo fixo a ser estabelecido com o INCRA.

5) Que o INCRA passe a medir primeiro as áreas de posse e terras sem escrituras.

6) Exigimos melhores esclarecimentos dos órgãos governamentais sobre as medidas de que somos vítimas, a saber: aspectos legais, validade dos novos títulos, significado das placas em nossas roças, etc. E será que teremos que pagar a medição efetuada pela Itaipu?

7) Que o INCRA e a JUSTIÇA FEDERAL executem os reais responsáveis pelas irregularidades fundiárias, e não prejudiquem o povo sofrido que trabalha na terra.

8) Que a entrega do título seja feita na casa do proprietário, livre de qualquer despesa, para que se evite aproveitamento político dos mesmos.

9) Que não sejam dados títulos a agregados, nesta região de minifúndio e intensa ocupação da terra, mas que sejam distribuídas para eles terras de latifúndios não explorados ou mal explorados.

10) Que os funcionários do INCRA pesquem menos no Rio Paraná e trabalhem mais depressa.

11) Apoiamos os que lutam contra as recentes injustiças na cobrança do imposto do INCRA, especialmente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado.

12) Não sejam perseguidos ou prejudicados os participantes dessa Assembléia, na luta justa pelos seus direitos.

III — ENCAMINHAMENTO:

1) A união de todos é a nossa força, para conseguirmos uma solução urgente.

2) Não pagaremos mais impostos ao INCRA sem ter em mãos o título definitivo com a área correta, com possível exceção na área a ser indenizada pela Itaipu.

3) Não assinaremos mais requerimentos de título sem saber as condições de pagamento como as reivindicamos.

4) Exigimos a suspensão da medição em terras-legais até que tenhamos resposta dos órgãos competentes. O prazo até quando esperaremos resposta, é 30 de janeiro de 1980.

5) Que se forme uma COMISSÃO DE COORDENAÇÃO, composta pela Comissão Pastoral da Terra, pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região, pela Comissão Justiça e Paz do Paraná, e por 2 (dois) representantes agricultores de cada município atingido, com a função de:

- a) encaminhar o presente documento às autoridades;
- b) representar os agricultores;
- c) convocar nova Assembléia, se for necessário.

P. Werner Fuchs—CPT

Valdir Sabadin—CPJP

Ernesto Andreolla

Quido Güntzel STRJ—Medianeira

Francisco M. Hanzen

Aparecido V. Massarotto

Miguel Isloar Savio STR—S. Miguel/Iguaçu

Lauro Rossini

Joaquim A. sobrinho

Valdemar Schu

Leonardo Pletsch STR—Santa Helena

Genésio Peruzo

Trago então esta preocupação aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à esta Casa, para que se registre o reclamo de justiça que estão fazendo àqueles agricultores e que sejam também amparados por este Poder para que possam alcançar nada mais do que a Justiça e continuar trabalhando na sua terra, para que evitemos assim a tão agravante situação de êxodo rural.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (FABIANO BRAGA CÔRTEZ).— Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO.— Sr. Presidente, Srs. Deputado:

Acabo de receber um abaixo-assinado composto de mais de 80 assinaturas de pais de alunos residentes em Cascavel, cujos filhos em número aproximado de 800, reivindicam a permanência do curso de 1º grau no Colégio Emília Galaffassi, situado num dos bairros mais populosos da cidade que se chama Parque São Paulo.

Este estabelecimento é vinculado à Secretaria dos Negócios da Educação do Estado do Paraná. E não se compreende porque razão as autoridades de ensino estão buscando transferir o maior contingente de crianças de primeira à quarta séries do primeiro grau, para outros estabelecimentos numa distância que vai entre dois a três quilômetros daquele bairro.

Não dá para entender a razão pela qual a Secretaria autoriza transferências desta natureza, quando até a Constituição prevê a necessidade fundamental do ensino de primeiro grau, ficar quanto mais próximo das crianças para permitir a cultura, a alfabetização que já alcança hoje, a sua falta, alcança proporções enormes e prejudiciais ao futuro do País.

Em Cascavel, Sr. Presidente, um dos municípios mais ricos, um dos municípios mais adiantados em termos globais do Estado do Paraná, não se pode entender uma política desta natureza.

É por esta razão que encaminho à Mesa, Sr. Presidente, um requerimento cuja justificativa é a seguinte: (Lê):

“Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, EDSON MACHADO DE SOUZA, Digníssimo Secretário da Educação, JACY MIGUEL SCANAGATTA, Digníssimo Prefeito Municipal de Cascavel e Secretaria Municipal de Educação de Cascavel, no sentido de manter o funcionamento do Grupo Escolar “Emília Galaffassi” — Cascavel — PR.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

O referido estabelecimento de ensino abriga aproximadamente 800 (oitocentos) alunos entre 07 a 10 anos de idade, cursando da 1ª a 4ª série do 1º grau, além dos componentes da 5ª a 8ª séries.

Segundo se deduz do abaixo-assinado, firmado por 80 pais de alunos, há clara intenção de interromper o curso das primeiras quatro (04) séries, que corresponde ao ensino fundamental, cujas crianças serão transferidas para outras escolas de distâncias variadas, chegando até a quase 03 (três) Km daquele local.

Não se descarta a possibilidade da intenção de impedir-se o acesso dessas crianças à escolaridade, por várias razões, entre elas, o custo do transporte coletivo e o risco de vida por acidente no novo trajeto que obrigatoriamente será feito à pé.

Trata-se de um caso estranho que à primeira vista pode ser interpretado como claro obstáculo de crianças ao ensino obrigatório previsto pela Constituição, e cujo encargo está afeto ao município.

A população numerosa e densa do bairro Parque São Paulo, no qual também está implantada a Cooperativa de Cascavel, é formada por famílias de média, e na sua maioria de baixa renda, o que cria um gravame maior para o problema.

Não é a primeira vez que a Assembléia Legislativa recebe

abaixo-assinados encaminhados por pais de alunos, que esgotando as instâncias inferiores, apelam para os representantes estaduais para, junto ao Governo, equacionar uma solução justa, lógica e coerente.

O ensino primário é um dos mais sérios objetivos do Estado, e este através de fiscalização rigorosa e distante de política partidária.

Transferimos às autoridades competentes o apelo patético formulado pelos chefes de famílias prejudicadas, para que se tome com retidão, justiça e serenidade, uma posição firme no sentido de manter o funcionamento das séries apon-tadas, pois, se fosse tão justificável a transferência de alunos, esta deveria recair em crianças de idade mais avançada."

Por esta razão, transferimos às autoridades competentes, a necessidade de solucionar este problema, esses abusos com a escolaridade no Paraná, porque já vai longe demais, Sr. Presidente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna apenas para fazer o registro e para apresentar a esta Casa um requerimento de voto de congratulações pelo transcurso do 15.^o aniversário de fundação do Município de Jardim Alegre. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações por motivo de haver transcorrido, a 19 do corrente, Dia do Paraná, o 15.^o aniversário de Fundação do Município de Jardim Alegre.

Requer, ainda, que seja dado ciência deste, ao Poder Legislativo e Executivo daquela comuna.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1.979.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

Encravado entre Ivaiporã, Iretama, São João do Ivaí, Borrazópolis, Faxinal e Cândido de Abreu, o Município de Jardim Alegre se constituiu, hoje, em um dos mais prósperos núcleos do Estado do Paraná.

População mista, de nacionais e estrangeiros, tendo o trabalho como religião, se consagra, em sua maior parte, ao amanhã da terra.

O milho ocupa lugar privilegiado no quadro da produção agrícola local. Mas, o soja, o trigo e o feijão também são extensamente cultivados. O milho ensejou, paralelamente, o desenvolvimento da suinocultura.

Em consequência dessa atividade agropecuária, é razoável o padrão de vida dos habitantes, ciosos de usufruírem o conforto das cidades modernas e de poderem acompanhar o progresso dos seus filhos nas escolas de 1.^o e 2.^o graus que lá existem.

Cresce, de ano para ano, a contribuição, aos cofres do Município e do Estado. E, com a diversificação de culturas, em franco processo de implantação, as rendas públicas haverão de aumentar ainda mais.

Banhado, entre outros, pelos Rios Bulha e Ivaí, e aquinhado de terras ubérrimas, o Município de Jardim Alegre se empenha visivelmente no alargamento da fronteira agrícola do Paraná. Anela produzir sempre mais, para fazer jus às conquistas da civilização.

Falam eloquentemente a Cidade de Jardim Alegre e as localidades de Ubã do Sul, Barra Preta, Monte Alto, Nossa

Senhora de Salete e outras.

As Ruínas de São Tomé, e as Ruínas de Archangelles recordam o período áureo do Império Jesuítico, no Brasil-Colônia. Se, em época tão distante, e com meios tão precários, tornou-se possível a edificação de florescentes reduções, as condições do Brasil de hoje são bem mais omissoas, e a população de Jarim Alegre tira delas o máximo proveito.

O voto de congratulações requerido, e a ser consignado na ata da sessão de hoje, representará, acima de tudo, a homenagem desta Casa à boa e laboriosa gente de Jardim Alegre que não se arreceiou da rudeza do sertão e que soube levantar, ali, com a força do trabalho, da inteligência e do patriotismo, um monumento ao progresso da bela Terra das Araucárias".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Presidente da República sancionou a Lei da Reformulação Partidária.

Ora, Sr. Presidente, é estranhável que o Governo volte atrás naquilo que ele mesmo propôs ao Poder Legislativo.

Não poderíamos deixar na omissão esse fato que revela a dimensão ética e moral deste Governo. Porque, quando da discussão e votação do projeto, no Congresso Nacional, o Governo, através de seu Ministério político, o Governo, através do Ministro da Justiça, assumiu solenemente, perante a Nação, e perante parte ponderável de seu próprio Partido, o compromisso de respeitar a votação do Congresso Nacional, através do destaque da sublegenda.

Derrotado o Governo, no Congresso Nacional, seria de se esperar para quem, acima de tudo, coloca as leis morais como sustentáculo democrático. Mas, hoje, a Nação constata, mais uma vez, que não só o Governo desonrou o compromisso assumido com Lideranças de seu próprio Partido, com a palavra empenhada do seu Ministro da Justiça, como foi além, Sr. Presidente, porque, não só vetou a sublegenda, ou a queda da sublegenda, mas restitui por inteiro esta excrescência do instituto da sublegenda, fazendo com que ela volte, inclusive, a nível estadual.

Daí porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, efetivamente, no momento em que se encerra o processo da reformulação partidária no âmbito legislativo, podemos dizer, sem sombra de dúvidas, que o único objetivo deste Governo foi aquele usado há milhares e milhares de anos, pelos "César Borgias", pelos "Napoleões" da vida, o de dividir para reinar.

Efetivamente, o que buscava o Governo e o conseguiu, era dividir a Oposição para se preservar no poder. E, para encontrar essa divisão, o próprio Governo não se pejou em folhear, em usar o Livro de Maquiavel, porque, Sr. Presidente, no momento em que o Governo falta com um compromisso moral, assumido perante a Nação, no momento em que o Governo volta atrás com sua própria proposta, podemos dizer que, efetivamente, não se pode acreditar, quer na palavra, quer na assinatura dos homens que dirigem esta Nação. Porque, se as leis morais valem pela palavra empenhada, muito mais de um Governo, se espera que honre a sua assinatura, se espera que honre sua proposta, proposta escrita, assinada e sacramentada quando mandou ao Congresso Nacional, eliminando a sublegenda, uma verdadeira excrescência de qualquer processo democrático.

Por isso, Sr. Presidente, deixamos aqui o nosso protesto, e deixamos aqui a nossa descrença nos homens, no grupo que infelizmente tomou de assalto o Palácio do Planalto, porque esse grupo não se peja em usar os expedientes mais mesquinhos e mais maquiavélicos para permanecer no Poder.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Coincidentemente, a nossa presença na tribuna também está ligada à área política.

Acabamos de ouvir o brilhante pronunciamento do Deputado Nilso Squarezzi, mas devemos confessar a Vossa Excelência, que para nós não houve surpresa nenhuma na posição tomada pelo Governo, com o Veto Presidencial restabelecendo a sublegenda nos pleitos majoritários; não houve surpresa, porque os homens que deveriam e que teriam obrigação perante a Nação, de fazer valer as posições que eles tomaram, eles saíram corridos, pelas portas dos fundos e não fizeram nenhum pronunciamento. Refiro-me às pessoas dos Líderes do Governo nas duas Casas do Congresso. Se eles é que foram dialogar, se eles é que foram negociar as posições dos dissidentes da Bancada da ARENA, para a solução deste problema, se eles assumiram esses compromissos, é porque eles tinham o respaldo do Palácio do Governo, é porque eles tinham o respaldo do Alvorada ou, em caso contrário, deram demonstração claríssima de que deve ir para casa e deixar definitivamente a política que é o lugar dos homens que ainda podem, neste País, cumprir com a sua palavra, defender a sua honra e portar-se como homens, para que a política continue sendo realmente aquilo que ela representa e não apenas e tão somente o caminho para negociatas ou para aqueles que fazem da carreira política nada mais que uma profissão, pouco se importando com o que possa custar as posições que assumam, desde que possam por a sola do sapato nos tapetes verdes dos Palácios.

É com isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que devemos efetivamente nos irritar, não no sentido de que a sublegenda nesta altura possa trazer outras conotações, porque, na verdade, aqueles que têm condições de tomar determinados caminhos, o tomarão, independentemente de saber se os Governadores dos Estados serão ou não, os "leões de chácara" dos municípios do Paraná, dos municípios de Minas Gerais, dos Municípios da Bahia, dos municípios dos Estados brasileiros, porque, a grande verdade é que o instituto das sublegendas que está sendo restabelecido pelo Governo Federal só tem um propósito: é dar uma arma a mais para a política dos Governadores, para que consigam transformar os municípios nas verdadeiras chácaras onde devam ser os leões, e onde possam então dividir os comandos, dividir os grupos políticos e ter assim uma panorâmica maior de todos os municípios numa soma mais forte, em benefício dos próprios Estados no campo da política governamental, é evidente.

Trago esta minha posição porque, na verdade, Srs. Deputados, entendo que não há justificativa nenhuma para manutenção do instituto da sublegenda numa reforma que preconiza o restabelecimento do pluripartidarismo.

Vejam os Srs., o que se pretende com a reforma, é dar condições a que tenhamos restabelecido o pluripartidarismo, mas nesta altura, com a volta da famigerada sublegenda, dentro de um processo em que se defende o pluripartidarismo, nós estaremos, isto sim, é criando quatro partidos e mais oito subpartidos, com doze partidos na verdade, cada um em grupo de três, cada um dos quatro em grupos de três, se quatro Partidos forem criados, apenas com uma diferença, é que dentro de cada Partido, os seus adeptos poderão, inclusive como irmãos, andar armados, porque é permitido que briguem, desde que fiquem dentro da mesma legenda.

É um assunto que efetivamente vai merecer muitas outras atenções, e sobre o qual pretendemos voltar para dialogar e discutir, porque ainda continuamos tendo uma expectativa de que o veto presidencial, restabelecendo a sublegenda, ele pode ter, quem sabe, o sentido apenas de uma arma, para que no

início do próximo ano, o Governo tenha alguma coisa para negociar, quando for tratar, isto sim, do outro problema, ou seja, de que se tenha prorrogação dos mandatos nas eleições municipais. Talvez no fundo seja este o objetivo, devolver a sublegenda, para depois negociá-la de novo. Resta saber se depois, os mesmos que agora acreditaram na palavra de honra, voltarão a acreditar nas mesmas palavras de honra dos líderes que representam o Governo nas Casas do Congresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, a Mesa consulta a Liderança do MDB se deseja fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos nos propusemos, quando discutimos o plano de Governo de Ney Braga, de provarmos que aquele plano era na verdade, um sonho irrealizável. Era uma utopia.

Não começamos ainda o ano de 1980, e é o próprio Governo que vem de público admitir ser o seu plano uma completa utopia, irrealizável devido ao centralismo que nosso País é submetido.

Ironicamente, na mesma página em que Zequinha aparece, aparece também o Secretário das Finanças do nosso Estado, dando dados inúmeros, altamente comprometedores do nosso Estado. Ouso até afirmar que o nosso Estado está falido. O nosso Estado está falido não somente por ter na região sul do Brasil uma renda "per capita" menor do que os outros Estados.

O nosso Estado, de tantos ufanismos, segundo Estado da Federação, o Estado que mais produz divisas para o País, o Estado de oito por cento da população, o Estado que mais produz café, está falido, Srs. Deputados.

No ano de 1979, que ora se finda, é o Sr. Secretário das Finanças quem diz: "Tivemos sem chuvas excessivas, sem secas e sem geadas, já tivemos o nosso ICM reduzido em 9,6 por cento da previsão". Isto é grave, porque as previsões haviam sido feitas com certa euforia e houve queda de arrecadação.

Agora, Srs. Deputados, o centralismo do Governo adotou uma medida no seu "pacote econômico" dos últimos dias. A máxima desvalorização do cruzeiro.

Isto quer dizer, Srs. Deputados, que a dívida externa do Paraná teve um aumento de 30 por cento em apenas um dia e essa dívida irá aumentar através das mini-desvalorizações.

Estamos na situação daquele empresário que está falindo porque fez empréstimos em dólares. Efeito de banqueiros, efeitos da elite deste País, efeitos desta elite espúria deste País, já deu o Governo um jeitinho para articular, e os particulares terão, segundo afirmações do Sr. Carlos Rischbieter, terão uma compensação pela desvalorização do dólar, isto para não entrar em falência a maior parte das formas brasileiras que foram no canto da sereia de pegar dólares a juros baratos, esquecidos da desvalorização do dólar, o Governo já resolveu o seu problema, através de uma compensação do Imposto de Renda, imposto que é retirado do consumidor, porque a renda, o lucro feito pelo empresário, pelo comerciante, é um lucro que é retirado, é a mais válida retirada do pequeno.

Portanto, o Governo está devolvendo ao grande o que é do pequeno, e com isso, não teremos dinheiro para colocarmos nas estradas, nas escolas, na assistência social e na educação. E o Estado, qual a solução? O Governo acenou com a possibilidade de ajudar os Estados que estão endividados com dólares. Mas até o momento a solução não foi dada.

E vejam a gravidade, Srs. Deputados, em que se encontra o Paraná. Não é esse Deputado da Oposição que fala. É o Sr. Secretário das Finanças, quem afirma. O Secretário admite que a dívida externa paranaense é grande, uma vez que está praticamente nas mesmas proporções de São Paulo, que arrecada muito mais. Devemos, Srs. Deputados, o que deve o Estado de

São Paulo, proporcionalmente às arrecadações. Acontece que o Estado de São Paulo, todos sabem, é um Estado com um grande número de indústrias, é o Estado mais industrializado desse País. Tem uma produção constante, pode-se prever quanto o Estado de São Paulo arrecadará porque ele exporta as suas quinquilharias para o resto do Brasil.

E o Paraná que depende talvez de um dia mais de chuva, que depende de quinze dias a mais ou de quinze dias menos de seca, que depende do mercado internacional da soja, que depende do bom humor do Ministro do Planejamento ou do Ministro da Fazenda no estabelecimento dos preços dos produtos primários que nós exportamos para sustentar o Brasil.

Como ficará o Paraná que não pode dizer quanto arrecadará o ano que vem, já que neste ano está aqui um furo de 9,100 por cento sobre o ICM. É por isso que há mais de três anos temos vindo a essa tribuna para apontar a irresponsabilidade dos governantes de então e de hoje, para esse endividamento indiscriminado, como se isto aqui fosse uma ilha.

Parece que o aniversário do nosso Estado trouxe o bom senso ao Sr. Secretário das Finanças, ao admitir à população paranaense que este é um Estado falido. É um Estado falido, e mais do que nós, os Deputados da ARENA sabem perfeitamente que no seu corre-corre às Secretarias, a resposta é uma: não há dinheiro.

Não houve dinheiro esse ano, que foi um ano de bom clima. Como será o ano que vem, se não tivermos um bom clima e tendo de pagar, Srs. Deputados, nada menos do que 960 milhões a mais do que deveríamos pagar, só da dívida externa contraída anteriormente?

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Uns das razões de 64, que o golpe militar pretendeu justificar, era contra a desordenada emissão de dinheiro que o Governo de então, antes de 64, costumava fazer.

Ora, nobre Deputado, nós constatamos no dia a dia de que só se pega dinheiro novo na mão. As cédulas são novíssimas, estão saindo aos borbotões. E os jornais de ontem anunciavam que o Governo emitirá, neste fim de ano, a insignificante soma de 500 bilhões de cruzeiros, para fazer frente a essa crise, a essa falta de dinheiro no meio circulante.

Ora, ninguém pode desconhecer que a injeção de uma proporção tão grande de dinheiro, vai acelerar a inflação.

Então, nobre Deputado, se hoje o endividamento é uma constante, mais uma razão do fracasso deste golpe de 64. Porque, se além da corrupção, além do problema de greves, além do fraco poder de autoridade que o Governo tinha, de todas as alegações que justificariam um golpe, constatamos hoje, mais uma vez, no problema da emissão do dinheiro e o problema da dívida.

O Governo Central resolve o seu problema e deixa os Governadores estaduais e Governos municipais, a "ver navios". Ele arrecada tudo, toma dos Estados e Municípios, e na hora das dificuldades, que poderia auxiliar a estas Unidades da Federação, o Governo Central deixa-os relegados à sua própria sorte.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Praticamente insinuou o que pretendíamos aqui afirmar. É o momento de se deixar atrelar a Partidos de João, de José, de Joaquim. Em nome deste Estado, há necessidade que tenhamos personalidade para dizermos que isto aqui tem dono.

Faço um apeço aos Srs. Deputados do Governo: chega de se jogarem aos braços do João, quando o próprio Secretário das Finanças está aqui a reclamar medidas que protejam a nossa produção e que infelizmente não está sendo protegida.

Por isto, Srs. Deputados, não há outra saída, a não ser derrubando este sistema espúrio sócio-político-econômico, que

está aí, sistema voltado para uma elite, sistema voltado para os banqueiros. Vamos nos dar as mãos; vamos pedir a estatização desses bancos; vamos nacionalizar os bancos que tiram o suor do povo brasileiro; vamos pedir uma Reforma Agrária para que não tenhamos mais bóias-frias e favelados; vamos exigir, a partir do ano 80 - já que agora estamos em festas -, uma socialização da Medicina; vamos fazer com que os homens públicos possam fiscalizar estas empresas que hoje quase que particulares - porque infelizmente as empresas estatais hoje estão nas mãos de poucos que julgam serem donos das empresas e que julgam, inclusive, serem donos de seu próprio capital, quando é de toda a população.

O momento é de gravidade, Srs. Deputados.

É por isto que neste final de ano nos parece que deveríamos, voltando para casa, para nossos lares, pensar em termos de Brasil, menos em Partido de João, de Pedro ou de José; porque, Srs. Deputados, é o próprio Secretário das Finanças do nosso Estado que admite que o Estado que se dizia mais rico desta Nação, está falido.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, posso concordar quase que integralmente com o pronunciamento de Vossa Excelência, especialmente quando sabemos que em nosso País o capital é remunerado e o capital não é remunerado condignamente, especialmente no setor especulativo do capital dos banqueiros. Estes que hoje estão se dizendo independentes, que hoje se reúnem num Partido, o mais conservador possível.

Creio que é realmente a hora de todos os Parlamentares fazerem ouvir a sua voz para reclamar medidas concretas da mudança do modelo econômico-financeiro do País.

Só não posso concordar com Vossa Excelência, quando afirma que os Parlamentares vão se filiar ao Partido do João, do Pedro, do Miguel, do Ulisses, e assim por diante, porque creio eu, pessoalmente, que vou filiar-me ao Partido Democrático: o farei, não porque seja ele dirigido pelo Presidente da República, João Baptista Figueiredo, porque creio que ele haverá de representar uma síntese das aspirações nacionais. Inclusive o fato do Secretário das Finanças do Estado, que é um homem filiado ao nosso Partido, fazer as denúncias que Vossa Excelência hoje traz ao conhecimento da Casa, significa que nosso Partido será um Partido aberto à discussão de qualquer tema, e temos condições, no Partido Democrático, muitas vezes, de unir a nossa voz à voz dos homens da Oposição, para transformarmos a nossa Pátria num País melhor.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradecendo o aparte do nobre

Deputado Luiz Alberto de Oliveira, apenas diria que estimo muito que os Deputados que vierem a se filiar ao Partido Democrático, o façam com essa idéia transmitida por Vossa Excelência, e que há necessidade de se dizer um "basta", porque não fomos nós que inventamos o "Partido do João", não fomos nós que dissemos à imprensa que iríamos para o "Partido do João".

Esta expressão veio de homens em altos postos governamentais. É por isso o meu apelo neste fim de ano; apelo como paranaense, como todos os Srs. o são, apelo para que pensem e que achemos fórmulas para esta Nação, que infelizmente não anda bem das pernas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do seu horário. — Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.
Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 192/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 152/79), que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, treze cargos de Procurador da Justiça. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Em Regime de urgência - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 206/79, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. nº 182/79), que dispõe sobre o artigo 172, item V, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970 (Que trata da gratificação dos funcionários da Secretaria de Estado da Justiça). Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 208/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 183/79), que dispõe sobre a Restruturação do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo. Parecer Favorável da C.C.J. e Emenda Substitutiva, por maioria. — Em Regime de Urgência.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 208/79

Art. 1.º — Os cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado passam a ser estruturados nas séries de classes cuja classificação, nível, linhas de acesso, bem como grupos ocupacionais a que pertencem, são os definidos nos anexos I e II da presente lei.

Art. 2.º — Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa são os constantes do Anexo III.

Parágrafo único — Mediante Decreto, a Mesa Executiva baixará a tabela de vencimentos, decorrente da aplicação do art. 1.º, da Lei 7258, de 30 de novembro de 1979.

Art. 3.º — Os atuais ocupantes dos Cargos de Consultor Legislativo e Secretário de Comissão serão enquadrados, respectivamente, como Consultor Legislativo - A Código AL 101-1 e Assistente Legislativo A - Código AL-102-3.

§ 1.º — Para os efeitos deste artigo, o dez (10) primeiros cargos de Consultor Legislativo A e os quinze (15) cargos de Assistente Legislativo A que vagarem, serão automaticamente extintos.

§ 2.º — Os cargos de Consultor Legislativo B e de Assistente Legislativo C e B, previstos no Anexo I, somente poderão ser preenchidos, à medida que forem sendo extintos os cargos previstos no parágrafo anterior.

Art. 5.º — Os cargos de Direção constantes no anexo IV da Lei 7098, de 08 de janeiro de 1979, são privativos de funcionários efetivos do Poder Legislativo, portadores de diploma de

nível superior.
Art. 6.º — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, os seguintes cargos do provimento em comissão:
a) 1 (um) cargo de Consultor Jurídico, símbolo DAS-5, a ser preenchido dentre os funcionários ocupantes do cargo de Consultor Legislativo, inscritos na O.A.B.
b) 2 (dois) cargos de Assistente de Gabinete, símbolo 1-C, da Presidência e da 1.ª Secretaria.
c) 2 (dois) cargos de Analista de Sistema, símbolo 3-C, a serem preenchidos por funcionários pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.
d) 1 (um) cargo de Chefe do Cerimonial, símbolo 3-C.
e) 58 (cinquenta e oito) cargos de Assessor Parlamentar, símbolo 6-C.

Parágrafo único — Os cargos previstos nas Alíneas B, C, e D, são privativos de funcionários do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 7.º — O cargo em comissão de Assessor Jurídico do Departamento de Finanças, símbolo DAS-5, fica transformado em cargo de Sub-Tesoureiro, com a mesma simbologia.

Art. 8.º — A Comissão Executiva, dentro de 90 (noventa) dias, promoverá por Decreto Legislativo o enquadramento dos funcionários efetivos no Quadro na sistemática ora instituída, na forma indicada no Anexo IV, assim como reestruturará os serviços administrativos da Assembléia Legislativa.

Parágrafo único — As especificações de classes, compreendendo qualificações, atribuições e responsabilidades dos ocupantes dos cargos constantes dos Anexos I e II, serão definidos e estabelecidos por Decreto Legislativo.

Art. 9.º — Aos ocupantes dos cargos pertencentes ao Grupo Ocupacional Universitário AL-100, aplica-se o benefício decorrente das Leis 6593, de 15 de agosto de 1974, e 6641, de 04 de dezembro de 1974, em valor equivalente ao atribuído, pelas referidas leis, dos Advogados e Médicos do Poder Legislativo.

Art. 10 — O acesso de uma para outra série de classes será feito mediante processo seletivo interno, de provas e títulos, de caráter competitivo, a ser regulamentado por Decreto, respeitada a habilitação profissional exigida entre funcionários integrantes do Quadro Próprio da Assembléia.

Art. 11 — O cargo de provimento efetivo de Médico, da Parte Suplementar, enquadrado no Código AL-105-4, será extinto quando vagar.

Art. 12 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de cruzeiros), para atender aos encargos resultantes da presente lei, usando como recursos para sua cobertura quaisquer das formas previstas no Art. 43, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1.964.

Art. 13 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20/12/79.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente, Paulo Camargo, Relator

ANEXO I
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO OCUPACIONAL: UNIVERSITÁRIO AL-100
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR

CÓDIGO/NÍVEL	SÉRIE DE CLASSES	ACESSO	Nº DE CARGOS
AL 101.1	Consultor Legislativo - A	—	8
AL 101.2	Consultor Legislativo - B	—	10
AL 102.3	Assistente Legislativo - A	Consultor Legislativo B	10
AL 102.4	Assistente Legislativo - B	—	8
AL 102.5	Assistente Legislatiavo - C	—	7
AL 103.6	Assessor Técnico Legislativo - A	Assistente Legislativo - C	29
AL 103.7	Assetor Técnico Legislativo - B	—	41
AL 103.8	Assessor Técnico Legislativo - C	—	50
AL 103.9	Assessor Técnico Legislativo - D	—	11
AL 104.9	Bibliotecário	Assessor Téc Legislativo C	1
AL 105.4	Médico (art 11)	—	1

ANEXO II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO -- AL -- 200

CÓDIGO/NÍVEL	SERIE DE CLASSES	ACESSO	Nº DE CARGOS
AL 201.10	Taquígrafo - A	—	7
AL 201.11	Taquígrafo - B	—	2
AL 201.12	Taquígrafo - C	—	1

GRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO -- AL -- 300

CÓDIGO/NÍVEL	SÉRIE DE CLASSES	ACESSO	Nº DE CARGOS
AL 301.12	Oficial Legislativo - A	Assessor Téc. Legisl. D	114
AL 301.13	Oficial Legislativo - B	—	40
AL 301.14	Oficial Legislativo - C	—	63
AL 301.15	Oficial Legislativo - D	—	50
AL 302.16	Fotógrafo	—	1
AL 302.16	Laboratorista Fotográfico	—	1
AL 304.16	Cinegrafista	—	1
AL 305.17	Motorista - A	—	4
AL 305.18	Motorista - B	—	4
AL 306.18	Auxiliar de Segurança	—	6
AL 307.18	Auxiliar de Serviços Gerais	—	6

ANEXO III
VENCIMENTOS

TABELA DE CARGOS EFETIVOS

NIVEL	VALOR
18	Cr\$ 4.340,00
17	Cr\$ 4.728,00
16	Cr\$ 5.150,00
15	Cr\$ 5.611,00
14	Cr\$ 6.278,00
13	Cr\$ 7.160,00
12	Cr\$ 7.530,00
11	Cr\$ 8.200,00
10	Cr\$ 9.100,00
9	Cr\$ 10.150,00
8	Cr\$ 11.200,00
7	Cr\$ 12.775,00
6	Cr\$ 13.925,00
5	Cr\$ 15.189,00
4	Cr\$ 16.576,00
3	Cr\$ 18.101,00
2	Cr\$ 18.597,00
1	Cr\$ 20.872,00

ANEXO IV
TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS DA PARTE PERMANENTE DO QUADRO
DA A.L.E. - PR, A QUE SE REFERE O ARTIGO 3º

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
NÍVEL	Nº CARGOS	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO/ NÍVEL	Nº CARGOS	DENOMINAÇÃO
—	22	Consultor Legislativo	AL 101.1	18	Consultor Legislativo - A
—	—	Consultor Legislativo	AL 101.2	10	Consultor Legislativo - B
—	27	Secretário de Comissão	AL 102.3	25	Assistente Legislativo - A
—	—	—	AL 102.4	8	Assistente Legislativo - B
—	—	—	AL 102.5	7	Assistente Legislativo - C
PL-30	18 09 02	Advogado Auxiliar Técnico Médico	AL 103.6	29	Assessor Téc. Legisl. - A
PL-29	01 01 01 01 02 08	Contador Economista Dentista Médico Auxiliar Técnico Advogado	AL 103.7	41	Assessor Téc. Legisl. - B
PL-28	01	Técnico em Administração			
	02	Contador			
	01	Dentista			
	14	Advogado			
	01	Redator			
	02	Economista			
	01	Médico			
	05	Auxiliar Técnico			
PL-27	01 01 02 02 01 02 11	Técnico em Administração Redator Contador Economista Médico Auxiliar Técnico Advogado	AL 103.8	50	Assessor Téc. Legisl. - C
PL-26	01	Técnico em Administração			
	05	Redator			
	01	Contador			
	02	Economista			
	03	Médico			
	02	Auxiliar Técnico			
	16	Advogado			
PL-25	01 01 02 04	Técnico em Administração Redator Economista Auxiliar Técnico	AL 103.9	11	Assessor Téc. Legisl. - D
PL-24	01	Redator			

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
NÍVEL	N.º CARGOS	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO/ NÍVEL	N.º CARGOS	DENOMINAÇÃO
—	01	Consultor Legislativo	AL 104.9	1	Bibliotecário
—	01	Médico	AL 105.4	1	Médico
PL-26 PL-25	06 01	Taquígrafo Taquígrafo	AL 201.10	7	Taquígrafo - A
PL-24 PL-23	01 01	Taquígrafo Taquígrafo	AL 201.11	2	Taquígrafo - B
PL-22	01	Taquígrafo	AL 201.12	1	Taquígrafo - C
PL-23 PL-23 PL-23 PL-23	05 44 21 44	Contabilista Oficial de Administração Oficial de Serv. Gerais Oficial Legislativo	AL 301.12	114	Oficial Legislativo - A
PL-22 PL-22 PL-22 PL-22	02 08 06 05	Contabilista Oficial de Administração Oficial de Serv. Gerais Oficial Legislativo	AL 301.13	40	Oficial Legislativo - B
PL-21 PL-22 PL-21 PL-21	01 08 05 05	Contabilista Oficial de Administração Oficial de Serv. Gerais Oficial Legislativo			
PL-20 PL-20 PL-20 PL-20 PL-19 PL-19 PL-19 PL-19	02 10 06 06 01 14 15 09	Contabilista Oficial de Administração Oficial de Serv. Gerais Oficial Legislativo Contabilista Oficial de Administração Oficial de Serv. Gerais Oficial Legislativo	AL-301.14	63	Oficial Legislativo - C
PL-18 PL-18 PL-18	10 10 11	Oficial de Administração Oficial de Serv. Gerais Oficial Legislativo	AL 301.15	50	Oficial Legislativo - D
PL-17 PL-17 PL-17	08 06 05	Escriturário Auxiliar Legislativo Auxiliar de Serv. Gerais			
PL-16 PL-16 PL-16 PL-15	07 07 07 04	Escriturário Auxiliar Legislativo Auxiliar de Serv. Gerais Escriturário	AL 302.16 AL 303.16 AL 304.16 AL 305.17 AL 305.18 AL 306.18	1 1 1 4 4 6	Fotógrafo Laboratorista Fotográfico Cinegrafista Motorista - A Motorista - B Aux. de Segurança
PL-15	10	Auxiliar de Serv. Gerais	AL 307.18	6	Aux. de Serv. Gerais

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 208/79

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade reestruturar o nos termos que especifica, o Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo.

Acompanha o processo, a Mensagem Governamental nº 184/79, propondo alterações ao projeto de lei anteriormente encaminhado, atendendo em parte sugestão apresentada por esta Comissão em reunião de 18 do corrente.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão sobre a proposição, temos que a matéria está em condições de ser submetida à consideração do Plenário, na forma de Emenda Substitutiva que ora apresentamos, baseada na proposta encaminhada pelo Poder Executivo, através da citada Mensagem nº 184/79.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de dezembro de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Paulo Camargo, Relator.

Ao referido projeto foram apresentadas as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1

PROJETO DE LEI Nº 208/79

No Anexo 1, leia-se:

"CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL: Universitário AL - 100

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR OU CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PROMOVIDO PELA FIDEPAR - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO PARANÁ, o CIAP."

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1979.

(a) Tadeu Lúcio Machado.

Apoio: Gabriel Manoel, José Domingos, Tércio Albuquerque, João Mansur, José Tavares, Nestor Baptista, Fidelcino Tolentino, Lineu Turra, Trajano Bastos, Nelson Buffara, Jurandir Messias, Luiz Alberto de Oliveira, Gilberto Carvalho, Mário Celso, Ezequias Losso, David Cheriegate, Lázaro Dumont, Deni Schwartz, Rosário Pitelli, Wilson Fortes, Fiori Luiz, Edilson Alencar, Aguinaldo Pereira Lima, Pinto Dias, Gernote Kirinus, Túlio Zanchet, Dácio Leonel, Adalberto Daros, Valduga, Nelson Friedrich, Palácios e Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA: O Curso de Administração Pública (CIAP), promovido pela FIDEPAR - FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO PARANÁ, da Secretaria de Recursos Humanos é de alto nível, para pessoas formadas e que ocupam funções de Direção e Gerência no âmbito do serviço público. Além disso, grande parte dos professores são da Fundação Getúlio Vargas e o seu programa visa à especialização dos servidores dentro de uma visão moderna de Administração Pública.

A sua filosofia é a de que os "serviços sejam ofertados com qualidade e presteza, promovendo o constante e adequado aprimoramento da máquina administrativa do Estado, adotando modernas técnicas gerenciais e operacionais que traduzam um atendimento eficaz.

Dentro da mesma filosofia; face à constatação de que "o setor público requer, para o seu funcionamento, meios e instrumentos administrativos em volume significativo, cabendo, então o exercício de gerência qualificada sobre os níveis de consumo interno, com vistas a uma utilização judiciosa dos recursos materiais disponíveis, reduzindo custos e eliminando desperdícios", enfim administrando recursos escassos de forma mais racional, resolveu a Secretaria de Recursos Humanos, juntamente com a FIDEPAR, ministrar esse curso, como forma de otimizar as possibilidades, sendo fator vital para a obtenção de mais racionalidade administrativa nas ações governamentais."

Também o curso levou em conta capacitar e desenvolver nos participantes, habilidades de administração que permitam um melhor desempenho nas funções de Chefia nos níveis superior e intermediário e assessorias de alto nível nas instituições e nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Paraná, como forma de proceder "a adaptação de modernas técnicas gerenciais ao processo administrativo governamental, as quais tem função essencial na mudança comportamental das organizações públicas, traduzindo-se em melhor atendimento e relacionamento com o público.

Ainda dentro da mesma filosofia que prevê que "uma administração centrada na pessoa humana e em ideais participativos não poderia descurar em momento algum dos seus próprios recursos humanos: os funcionários públicos", é que nos motivou para propor a presente redação.

EMENDA Nº 2

PROJETO DE LEI Nº 208/79

O Art. 5º passa a ter a seguinte redação:

"Art. - Os cargos de Direção constantes no anexo IV, da Lei nº 7.098, de 08 de janeiro de 1979, são privativos de funcionários efetivos do Poder Legislativo de nível universitário, exceto o cargo de Diretor Geral."

Sala das Sessões em 21 de dezembro de 1979.

(a) Nilso Sguarezi.

Apoio: Erondy Silvério, Tércio Albuquerque, Adalberto Daros, Jurandir Messias, Valduga, Augusto Carneiro, Tadeu Lúcio Machado, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, José Tavares, Waldyr Pugliesi, Deni Schwartz, Pinto Dias, Nelson Buffara e Ezequias Losso.

EMENDA Nº 3

PROJETO DE LEI Nº 208/79

Emenda Substitutiva ao Anexo I do plano de Classificação "Onde se lê HABILITAÇÃO PROFISSIONAL - DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR"

Leia-se:

"HABILITAÇÃO PROFISSIONAL - NÍVEL UNIVERSITÁRIO".

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1979.

(a) Nilso Sguarezi.

Apoio: Erondy Silvério, Tércio Albuquerque, Ezequias Losso, Jurandir Messias, Adalberto Daros, Fiori Luiz, Tadeu Lúcio Machado, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Waldyr Pugliesi, José Tavares, Deni Schwartz, Pinto Dias, Mário Celso e Valduga.

EMENDA Nº 4

PROJETO DE LEI Nº 208/79

Acrescente-se onde couber:

"Para o preenchimento dos Cargos de Assistente Legislativo A,B e C, constantes do Anexo I, da Lei nº 208/79, será dispensada a exigência de Nível Universitário ou Diploma de Curso Superior".

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1979.

(a) Erondy Silvério.

Apoio: Nestor Baptista, Aguinaldo Pereira Lima, Luiz Alberto de Oliveira, Tércio Albuquerque, David Cheriegate, José Domingos, Mário Celso, Dácio Leonel, José Tavares, Francisco Escorsin, Trajano Bastos, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Nelson Buffara, Fuad Nacli, Palácios, Gabriel Manoel, Edilson Alencar, Waldyr Pugliesi, Rosário Pitelli, Cyro Martins, Adalberto Daros, Tadeu Lúcio Machado e uma assinatura ilegível.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Pela ordem). Tenho a impressão que na parte relativa ao problema de Taquigrafia, no anexo 4, quando foi feita a reformulação eu penso que, de afogadilho, houve erro, inclusive nos cálculos aqui. E é por

esta razão que chamo a atenção, com o devido respeito, na observação do anexo 4, da Taquigrafia, que praticamente não há melhoria nos níveis das taquígrafas e que, tanto a nós da CCJ, passou despercebido, e agora fomos surpreendidos, níveis 22, 23, 24, 25 e 26, passariam a 10, 11 e 12, quando haveria de ser passado para 9, 10 e 11, segundo entendimento. Não sei se sou eu que estou errado na colocação dos valores.

Vossa Excelência não teria, naturalmente, condições de verificar?

Porque, quando foi feito o Substitutivo apresentado pelo eminente Deputado Paulo Camargo, passou muito rapidamente pela Comissão. E agora que estamos notando que houve uma defasagem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que ao Substitutivo da C.C.J. é o que consta da Tabela que está em votação, no momento.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

— **Aprovado.**

Em votação a Emenda n.º 01, devidamente apoiada.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Apenas para esclarecer aos Srs. Deputados que não acompanharam de perto a presente proposição. E entendendo também ser dever da Primeira Secretaria, quero colocar, neste encaminhamento, o seguinte: a emenda apresentada objetiva alterar o Anexo I o que há de substancial, quando, para os Cargos de Consultor Legislativo e Assistente Técnico, os atuais Consultores Legislativo e Secretários de Comissão que estão se transformando para Assessores Técnicos, exige-se, na proposta, a necessidade de que, para esses cargos, tenha o funcionário curso de nível superior.

E a Emenda, ora apresentada, suprime essa exigência, porque diz: "habilitação profissional, diploma de Curso Superior, ou Curso de Administração Pública, promovido pela FIDEPAR - Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná."

Entendemos que, como se trata dos cargos mais elevados da Assembléia, essa Emenda não deve ser aprovada pela Casa.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação a emenda. — **Rejeitada.**

Em votação a Emenda n.º 2. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 3 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 4.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência um esclarecimento: onde que está no Projeto, onde se enquadra, qual o artigo que altera e onde altera o espírito do ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa esclarece o nobre Deputado, que a Emenda diz o seguinte: "acrescente-se onde couber".

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, no Anexo I que é, no meu entender, o cargo mais alto que se ocupa neste Poder, primeiro e segundo escalões, hierarquicamente, inversamente colocados, de cima para baixo, parece-me irrelevante não se exigir diploma de curso superior e, ao que me pode aflorar, esta Emenda não exige curso superior; de tal sorte que, nós estamos fazendo, ou tentando fazer uma reforma de estrutura na Casa, e, para o cargo mais elevado da Casa não se exige curso superior, nível superior — então, eu acho que é absolutamente impossível se aderir a uma hipótese destas. De tal maneira, que eu votarei, pessoalmente, contra esta Emenda. Não sei quem é o autor, subscritor da Emenda e não vou rebuscar sobre quem o seja. O fato é que, por uma questão de coerência, de prestigiamento a quem estuda, a quem se aperfeiçoa, eu penso que haveria necessidade de que fosse privativo de quem tenha curso superior, o que será até um estímulo para que as pessoas

lotadas neste Poder adquiram um grau de ensino superior, para o aperfeiçoamento do próprio desempenho do serviço público.

Esta a razão que me inspira a votar contra esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação a emenda. — **Rejeitada.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda n.º 4, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

15 Senhores Deputados aprovam.

15 Senhores Deputados rejeitam.

— **Aprovada.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 177/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que nega prosseguimento ao trâmite da Ação Penal n.º 2/76, de Curitiba - 3.ª Vara, em que é autora a Justiça Pública e réus Trajano Bastos de Oliveira, Deputado Estadual, e outros. Parecer da C.C.J., considerando a matéria em condições de ser apreciada pelo Plenário. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final dos Projetos de Lei n.ºs 192/79, 206/79 e 208/79.

— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo a instalação de um posto do INAMPS, na cidade de Laranjeiras do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 15.º aniversário de fundação do Município de Jardim Alegre. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central, visando maior dotação de recursos destinados a crédito rural ao Banco do Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Educação, Prefeito Municipal de Cascavel e Secretaria Municipal de Educação, no sentido de manter o funcionamento do Grupo Escolar "Emília Galaffassi". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto pelas desagradáveis manifestações de que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República. — **Rejeitado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

2 Srs. Deputados aprovam; 8 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, lembrando aos Senhores Deputados que haverá hoje à tarde,

Sessão Ordinária, às 14:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 192, 206 e 209/79 e do Projeto de Resolução n.º 177/79.

Levanta-se a sessão.

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

PORTARIA N.º 842/79

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, à funcionária LÍDIA MUCHINSKI, matrícula

n.º 487, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

PORTARIA N.º 826/79

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 800/79, ao funcionário GABRIEL QUESADA FILHO, matrícula n.º 067, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de novembro de 1979.

a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral